

ATA NÚMERO 158/XIII (4.ª)

A 22 de janeiro de 2019, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audiência a Nádía Paiva que faz parte de um grupo de proponentes de um dos projetos vencedores da edição de 2018 do Orçamento Participativo Portugal para a clarificação de alguns aspetos da execução daquele projeto.

II PARTE

1. Informações;
2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 9, 15 e 16 de janeiro de 2019;
3. Apreciação e votação do Relatório de Regulação e do Relatório de Atividades e Contas da ERC relativos a 2017

Relatora: Deputada Vânia Dias da Silva

4. Apreciação e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PS para a Comissão solicitar à Entidade Reguladora para a Comunicação Social a elaboração de um relatório sobre a ponderação das regras aplicáveis às opções editoriais sobre momentos informativos inseridos em programas de entretenimento, a reflexão sobre o novo quadro que enfrentam os responsáveis por decisões editoriais no contexto da era digital e das ameaças populistas aos regimes democráticos e a exploração das potencialidades de mecanismos de autoregulação e coregulação para promover a resposta aos atuais desafios;
5. Outros assuntos.

I PARTE

Audiência a Nádía Paiva que faz parte de um grupo de proponentes de um dos projetos vencedores da edição de 2018 do Orçamento Participativo Portugal para a clarificação de alguns aspetos da execução daquele projeto

Dando início à audiência, o Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto em exercício, Deputado Pedro do Ó Ramos, deu as boas vindas a Nádía Paiva, Ana Isabel Fernandes e Ana Rita Barbosa, representantes da ABC Teatro, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra para a intervenção inicial.

As representantes da ABC Teatro, proposta vencedora do Orçamento Participativo Portugal (OPP), disseram que solicitaram aquela audiência porque após a sua reunião com a Direção-Geral das Artes (DGARTES) houve algumas incoerências.

De facto, após a proposta ABC Teatro ter vencido o Orçamento Participativo Portugal (OPP) foram convocadas para reunião pela Direção-Geral das Artes (DGARTES). Nessa reunião foi-lhes dito que não haveria qualquer participação da sua parte, o que não é compatível com aquilo que lhes foi dito pelo OPP e foi-lhes transmitido que estava em Regulamento do OPP que a sua participação era indesejável e impossível.

Referiram que não existe qualquer diploma legal que regule as propostas do OPP após terem vencido. Portanto, aquilo que lhes foi dito é mentira porque não existe qualquer regulamento, não existe qualquer diploma legal que diga que a sua participação é indesejável e inexecutável.

Posteriormente, contactaram os representantes de outras propostas vencedoras de outras áreas administrativas, propostas que não estavam a ser geridos pela DGARTES e foi-lhes dito que essas propostas estavam a ser executadas pelos proponentes, com exceção da área financeira.

Salientaram que há uma grande incongruência entre aquilo que lhes foi dito na reunião DGARTES, o que lhes foi mencionado pelo OPP ao longo do processo de concurso e o que se passa com as outras propostas que venceram e estão a ser reguladas por outras áreas administrativas.

A Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) questionou quais são os projetos que consultaram e que têm formas de funcionamento diferentes.

Perguntou se quando concorreram lhes foram entregues todos os normativos, ou seja, se a entidade que promove, que luta por uma aceitação da população e uma votação tem acesso a todos os normativos que envolvem aquele processo.

A Senhora Deputada Isabel Cruz (PS) disse que na autarquia da qual faz parte o orçamento participativo por causa daquelas questões que se levantam constantemente, colocou-se uma norma muito explícita sobre quem executa os projetos.

Referiu que têm vários casos em que os proponentes estão a fazer o acompanhamento da execução do processo que tem de estar de acordo com o Código da Contratação Pública. Assim, têm que ser pessoas coletivas e não há a possibilidade de fazer o acompanhamento do processo ou mesmo executá-lo se for pessoa singular. Transmitiu que há outros casos em que as pessoas deram as ideias, venceram os orçamentos no qual participaram, mas depois são meros espectadores da ideia que tiveram.

Questionou quais são os projetos que as representantes da ABC Teatro conhecem que estão a ser executados pelos próprios proponentes que não seja daquela forma que acabou de mencionar.

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) transmitiu que há cronicamente um problema de seleção e de execução da escolha dos vários candidatos e das entidades que se apresentam para receberem os fundos da DGARTES. Indagou as representantes da ABC Teatro sobre quais são os entraves e as iniquidades relativos à atribuição dos apoios que competem à DGARTES.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) questionou se enquanto autoras e proponentes daquele projeto se pretendiam que a total execução lhes fosse atribuída ou apenas consideravam importante serem incluídas no acompanhamento da execução por parte da DGARTES.

Na intervenção final, as representantes da ABC Teatro frisaram que existe a necessidade de haver legislação específica porque devido à falta dessa legislação existem aquelas incongruências com as quais não se conformam porque se não é igual para todos não é justo.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente da Comissão deu por concluída a audição, agradecendo às representantes da ABC Teatro os esclarecimentos prestados.

A gravação áudio encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

II PARTE

1. Informações

1.1. Fixação da redação final do texto de substituição do [projeto de lei n.º 695/XIII/3.ª \(PAN\)](#), do [projeto de lei n.º 703/XIII/3.ª \(BE\)](#) e do [projeto de lei n.º 705/XIII/3.ª \(PS\)](#) - Reforça a proteção dos animais utilizados em circos

A pedido do Grupo Parlamentar do BE este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

1.2. Grupo de Trabalho do Desporto

O Senhor Presidente da Comissão informou que os Senhores Deputados António Cardoso (PS) e Leonel Costa (PSD) passarão a integrar o Grupo de Trabalho do Desporto.

1.3. Grupo de Trabalho do Mercado Único Digital

O Senhor Presidente da Comissão transmitiu que o Senhor Deputado José Magalhães (PS) passará a integrar o Grupo de Trabalho do Mercado Único Digital em substituição da Deputada Carla Sousa (PS).

1.4. Visita de trabalho ao Museu Nacional de Arte Antiga

O Senhor Presidente da Comissão deu conhecimento que no seguimento da audição parlamentar, o Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) reitera o convite aos membros da Comissão para uma visita de trabalho ao MNAA, pedindo que a Comissão se considere inteiramente livre de alargá-la a todos os Senhores Deputados que, em seu elevado critério, entender dever associar.

A Comissão decidiu que este ponto vai ser analisado na próxima reunião da Comissão.

2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 9, 15 e 16 de janeiro de 2019

As atas das reuniões de 9, 15 e 16 de janeiro de 2019 foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

3. Apreciação e votação do Relatório de Regulação e do Relatório de Atividades e Contas da ERC relativos a 2017

Este ponto a pedido da Senhora Deputada Relatora Vânia Dias da Silva (CDS-PP) foi adiado para a próxima reunião.

4. Apreciação e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PS para a Comissão solicitar à Entidade Reguladora para a Comunicação Social a elaboração de um relatório sobre a ponderação das regras aplicáveis às opções editoriais sobre momentos informativos inseridos em programas de entretenimento, a reflexão sobre o novo quadro que enfrentam os responsáveis por decisões editoriais no contexto da era digital e das ameaças populistas aos regimes democráticos e a exploração das potencialidades de mecanismos de autoregulação e coregulação para promover a resposta aos atuais desafios

O Senhor Deputado José Magalhães (PS) fez a apresentação requerimento. De seguida, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP). O requerimento submetido a votação foi aprovado por maioria pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS e PCP, registando-se a abstenção do Grupo Parlamentar do CDS-PP e a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

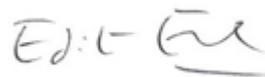
5. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 15 horas e 55 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de janeiro de 2019

A PRESIDENTE DA COMISSÃO



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 30 de janeiro de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
António Cardoso
Carla Sousa
Diana Ferreira
Helga Correia
Hugo Carvalho
Isabel Cruz
João Pinho de Almeida
Joel Sá
José Carlos Barros
José Magalhães
Liliana Silva
Maria Conceição Loureiro
Pedro do Ó Ramos
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves
Margarida Balseiro Lopes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Edite Estrela
Luís Monteiro
Sara Madruga da Costa